Data: 26 de fevereiro de 2015.
Horário: 16h10 às 17h
Local: Funpar – Auditório 1.
Conselheiros membros – Gestão 2012-2015

	Nome		**Condição**	**Órgãos, Entidades e Instituições.**
	Usuários			
1	Valton Witkowski	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Maria Marucha S. Vettorazzi	Justificativa	Titular	FETAEP
	Wilson de Souza Silva	Presente	Suplente	FETAEP
3	Jonas Braz	Presente	Titular	CUT
	Ademir Vidolin	Presente	Suplente	CUT
4	Ildemar Gorges	Ausente	Titular	Força Sindical
	Junior Ribeiro da Silva	Presente	Suplente	Força Sindical
5	Giovane Caetano da Silva	Presente	Titular	UGT
	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Suplente	UGT
6	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Edvirges de Oliveira	Ausente	Suplente	SINDNAPI
7	Livaldo Bento	Ausente	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Presente	Suplente	IMOPS
8	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Edna Soares da Silva	Presente	Suplente	ANEPS
9	Syrdaria Carvalho Mesquita	Presente	Titular	Fórum ONG AIDS
	Rachel Pontes Maciel Romaniv	Ausente	Suplente	Fórum ONG AIDS
10	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDA
	João Maria Chagas	Presente	Suplente	IBDA
11	Amaury César Alexandrino	Justificativa	Titular	DEFIPAR
	Tânia Roseli Minusculi	Presente	Suplente	DEFIPAR
12	Lívia Diniz Sola	Presente	Titular	FAMOPAR
	Sérgio Ferreira Doszanet	Justificativa	Suplente	FAMOPAR
13	Jiovany do Rocio Kissilevicz	Presente	Titular	CMP
	Celso Tenani Melchiades	Presente	Suplente	CMP
14	Genecilda Gotardo	Ausente	Titular	MST
	Adaíze Citron da Silva	Ausente	Suplente	MST
15	Márcia Beghini Zambrim	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Antonio Pitol	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
16	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Erica Ana Hobold	Justificativa	Suplente	Pastoral da Criança
17	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA
18	Heliana Neves Hemeterio dos Santos	Justificativa	Titular	Rede de Mulheres Negras

	Michely Ribeiro da Silva	Justificativa	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		**Condição**	**Entidade**
19	Mauricio Portella	Presente	Titular	CRF
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Wanderli Machado	Ausente	Titular	CRESSS
	Sirleide Ferreira de Mauro	Ausente	Suplente	AATO
21	Juliano Del Gobo	Presente	Titular	CRP
	Rubia Daniela Thieme	Ausente	Suplente	CRN
22	Antonio Rangel	Ausente	Titular	ABEN
	Nelson Mayrink Giansante	Presente	Suplente	CRM
23	Sonia Margarete Batista Frade Krachenski	Presente	Titular	CREFITO
	Vanete Thomaz Soccol	Ausente	Suplente	CRMV
24	Mariangela de Assis Gomes Fortes	Presente	Titular	ABO
	Leonardo Ferreira Filippin	Ausente	Suplente	CRO
25	Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Justificativa	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	Sebastião José de Oliveira	Ausente	Titular	SINDPREVS
	José Carlos Leite	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Irene Rodrigues dos Santos	Presente	Titular	FESSMUC
	Solange Izabel Marega Batista	Presente	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		**Condição**	**Entidade**
28	Rosita Márcia Wilner	Ausente	Titular	FEMIPA
	Antonio Garcez Novaes Neto	Presente	Suplente	FEMIPA
29	Rangel da Silva	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Ausente	Suplente	FEHOSPAR
30	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Presente	Titular	ACISPAR
	Odete Pegoraro Rosa	Ausente	Suplente	ACISPAR
31	Elizabeth Silva Ursi	Justificativa	Titular	UEL
	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Suplente	UEL
32	Ely de Campos	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Presente	Suplente	UEM
	Gestores		**Condição**	**Entidade**
33	Angela Conceição Pompeu	Presente	Titular	COSEMS
	Clodoaldo Fernandes dos Santos	Presente	Suplente	COSEMS
34	Eliane Chomatas	Ausente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Marise Gnatta Dalcuche	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Sezifredo Paulo Alves Paz	Presente	Titular	SESA
	Cleide Aparecida de Oliveira	Ausente	Suplente	SESA
36	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	Ministerio da Saúde

	Jorge Stoianov Filho	Presente	Suplente	Ministério da Saúde

Data: 26 de fevereiro de 2015 (1ª Parte)
Horário: 16h10 às 17h
Local: Auditório 1 Funpar
Endereço: Rua João Negrão, 280, Centro

1. Expediente Interno
2. Ordem do Dia

2.1 Aprovação da Pauta

2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora
Encaminhamentos Mesa Diretora:
Justificativas e substituições
Leitura de Expedientes
1° Assunto: Regulamento da Eleição da Mesa Diretora – Gestão 2015.

3. Informes

3.1 Informes Gerais.

(F1) Sr. Antônio Garcez (FEMIPA) cumprimenta a todos e dá as boas vindas à primeira parte da reunião ordinária da ducentésima décima sétima reunião do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, e pediu que os conselheiros levantassem seus crachás para contagem de quórum, com trinta e um conselheiros considerou-se o quórum adequado. Passou para a provação da pauta, fez a leitura da pauta. Colocou em votação. Aprovado a pauta. Passou a palavra para a Secretaria Executiva para as justificativas e substituições. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** cumprimentou os participantes e informou as justificativas para esta reunião: Mari Elaine Rodella, Elizabeth Silva Ursi, Maria Marucha S. Vettorazzi, Amaury César Alexandrino, Michely Ribeiro da Silva e Érica Ana Hobold. Substituições: a Secretaria de Estado de Saúde do Paraná oficializa através do Ofício número zero três cinquenta e cinco dois mil e quinze, datado de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quinze as substituições dos representantes titulares e suplentes da SESA e também do Fundo Estadual de Saúde FES, junto ao Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná conforme listado a seguir: da SESA titular: Sezifredo Paulo Alves Paz e suplente: Cleide Aparecida de Oliveira, FES Paraná, titular: Eliane Chomatas e suplente: Marise Gnatta Dalcuche. E o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina (SINDIPETRO) informa a substituição do Senhor Claudiney Batista como titular e o Senhor Luciano Zanetti como suplente, permanecendo da seguinte forma: a substituição se dará pelo Diretor do SINDIPETRO, o Senhor Valton Witkolski como titular e o Senhor Claudiney Batista como suplente. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que se algum dos novos membros quiser se apresentar, poderia ficar à vontade. **Sr. Valton Witkolski (SINDIPETRO)** informou que estava retornando ao Conselho após sete meses de ausência. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** agradeceu e deu-lhe as boas vindas. Seguindo a pauta, não há expedientes para esta primeira parte da reunião. Primeiro assunto: Regulamento da eleição da Mesa Diretora Gestão dois mil e quinze. Passou a palavra para leitura pelo Secretário do Conselho. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** leu a resolução do CES-Paraná zero zero um dois mil e quinze que trata da aprovação do regulamento da eleição da Mesa Diretora do CES-Paraná, Gestão dois mil e quinze. RESOLUÇÃO CES/PR nº 001/15 O Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, regulamentado conforme disposto no inciso III do artigo 169 da Constituição Estadual e artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Estadual nº 10.913, de 04 de outubro de 1994, no uso de sua competência regimental conferida pelo art. 5º, reunido em sua 1ª Reunião Extraordinária, do dia 26 de fevereiro de 2015, no período da tarde. RESOLVE: Aprovar o REGULAMENTO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ – GESTÃO 2015 TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 1º O presente Regulamento contêm as normas e critérios destinados a assegurar a organização e o funcionamento do processo eleitoral da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde do Paraná,

em cumprimento ao Regimento Interno, conforme Resolução CES/PR nº 010/13. Art. 2º A Mesa Diretora será eleita pelos membros do CES/PR em condições de voto (titulares e/ou suplentes) em pleito direto, mediante voto aberto e pessoal, para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleita para mais um mandato. Art. 3º A Mesa Diretora deverá ser composta de: Presidente, 1º Vice-presidente, 2º Vice-presidente, 3º Vice-presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, de forma a contemplar todos os segmentos representados nos CES/PR. § 1º Do total de cargos, 04 (quatro) serão ocupados por conselheiros do segmento de usuários. § 2º Os outros 04 (quatro) cargos serão ocupados por dois conselheiros representantes do segmento dos trabalhadores, um conselheiro representante do segmento de prestadores e um conselheiro representante do segmento dos gestores. Art. 4º A eleição será por chapas e o processo eleitoral constituído de etapas: I. inscrição, verificação de elegibilidade e divulgação das chapas inscritas; II. Organização e realização do pleito eleitoral; III. Contagem dos votos, apuração e divulgação do resultado; IV. Posse da Mesa Diretora. TÍTULO II DA COMISSÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO Art. 5º Será constituída a Comissão Especial de Eleição composta por conselheiros no Plenário do CES/PR. § 1º A coordenação do processo eleitoral é de responsabilidade da Comissão Especial de Eleição, desde as orientações à Plenária, acompanhamento e avaliação do referido processo, obedecidas determinações deste Regulamento. § 2º Os membros da Comissão Especial de Eleição não serão elegíveis e não poderão atuar como fiscais. Art. 6º Será garantido o direito de fiscalização pelas chapas concorrentes em todas as etapas do processo eleitoral. § 1º Cada chapa pode designar um fiscal. § 2º Os membros das chapas são fiscais natos. Art. 7º A Comissão Especial de Eleição de que trata o artigo 5º será constituída paritariamente de, no mínimo, 04 (quatro) membros. Art. 8º Compete à Comissão Especial de Eleição: I. orientar o Plenário sobre as normas e procedimentos do processo eleitoral; II. estabelecer prazo para a inscrição das chapas, prorrogável, se necessário, por decisão do Plenário do CES/PR; III. analisar os documentos enviados pelas chapas concorrentes à Mesa Diretora, verificando os requisitos de elegibilidade; IV. inscrever as chapas concorrentes para a Mesa Diretora e divulgá-las à Plenária antes do pleito; V. receber os nomes dos fiscais das chapas concorrentes que fiscalizarão a realização da eleição e a computação dos votos; VI. orientar e supervisionar a realização do pleito eleitoral; VII. proceder a apuração dos votos; VIII. proclamar o resultado eleitoral; IX. dar posse da Mesa Diretora eleita. TÍTULO III DO PROCESSO ELEITORAL Art. 9º O processo eleitoral acontecerá no dia 26 de fevereiro de 2015, na Funpar, Auditório 1, das 17h10 às 18h, em reunião extraordinária. Art.10 Cada chapa deverá, por meio de um representante, apresentar-se demonstrando ter ciência das atribuições da Mesa Diretora do CES/PR e justificando a candidatura. § 1º Cada chapa disporá de três minutos para sua apresentação, prorrogáveis por no máximo dois minutos. § 2º Será garantida a manifestação de um conselheiro favorável à chapa por três minutos improrrogáveis. Art.11 As chapas deverão ser organizadas livremente e inscritas junto à Comissão Especial de Eleição. § 1º As chapas serão enumeradas por ordem de inscrição. § 2º O conselheiro candidato deverá participar de apenas uma das chapas. Art.12 A homologação e a posse da Mesa Diretora eleita deverá acontecer imediatamente após a eleição da mesma, assumindo esta a coordenação dos trabalhos no CES/PR. Parágrafo único - Após o término do processo eleitoral a Plenária do CES/PR homologará o resultado da eleição e não mais aceitará qualquer recurso interposto.Art. 13 Os casos omissos serão solucionados pela Comissão Especial de Eleição recorrendo, se necessário, ao Plenário do CES/PR. Art. 14 Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR. Curitiba, 26 de fevereiro de 2015. Antonio Garcez Novaes Neto Presidente do CES/PR Homologo a Resolução CES/PR nº 001/15, nos termos do Parágrafo 2º, artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Michele Caputo Neto Secretário de Estado da Saúde **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** falou aos conselheiros que este regulamento é o mesmo dos anos anteriores sem qualquer alteração. Colocou em discussão. **Sr. Juliano Del Gobo (CRP)** pediu esclarecimento quanto à Comissão Eleitoral. Se ela está formada e qual a autonomia dela como está constando no regulamento, em estabelecer prazo de inscrições se na própria resolução já tem o horário da eleição. Se isso não está contraditório. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que a Comissão Eleitoral não tem nomes e será constituída na reunião da eleição, a Mesa atual chama a reunião faz contagem de quórum e no início do assunto coloca em Plenária os nomes sugeridos em Plenária, aprovados pelo Pleno, então os quatro nomes passarão a conduzir desta mesa a reunião. Ela tem autonomia exposta no regulamento para analisar as chapas, ver a elegibilidade e a questão do tempo é o tempo que se dará, dentro do prazo da reunião que a pauta

estabelece. **Sr. Jeremias (UEL)** duas observações. Uma é excesso de zelo, no artigo quarto são etapas, foi dito incisos, mas não são. São etapas, etapa um, etapa dois, etc... Só para registro na memória, são quatro etapas. Por conta da redação, deve ser registrado exatamente o que é. E no artigo nono, acha interessante colocar ao final em reunião extraordinária previamente convocada. Ou já convocada para esta finalidade e para este fim. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questiona se a Plenária concorda com as alterações sugeridas pelo conselheiro. Colocou em votação. Aprovada a alteração. Passou então para o processo de votação do regulamento de eleição da Mesa Diretora Gestão dois mil e quinze. Vinte e cinco conselheiros aprovaram, dois não aprovaram e três abstenções. Questiona ao Pleno, se gostariam de antecipar alguns informes para antecipar o dia de amanhã (quando haverá a segunda parte desta reunião), mas todos declinaram da necessidade, deixando tudo para o dia seguinte. Então, esclareceu que tem um prazo de quarenta minutos para a próxima eleição. Perguntou se a Plenária sugere algo para ser feito ou discutido neste ínterim e explicou que quando da reabertura será eleita a Comissão Eleitoral e esta assumirá então no lugar da Mesa Diretora atual pois esta se retirará. **Sra. Irene (Fessmuc)** disse que entendeu que seria escolhida a Comissão Eleitoral e cinco e dez seria o processo eleitoral. Então não entende porque não pode ser escolhida a Comissão Eleitoral agora. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que a escolha da comissão faz parte do processo eleitoral. Então não pode ser chamado agora para eleição da Comissão Eleitoral. E pergunta que se os conselheiros quiserem pode ser alterado o regulamento do horário para adiantar esta parte de escolha da Comissão. **Sr. Jonas (CUT)** pediu para que esse tempo seja aproveitado para adiantar os informes uma vez que não podem ser feitos em reunião extraordinária. Pediu para o Pleno aprovar o adiantamento dos informes neste período de ociosidade. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questionou se os conselheiros aprovam esta sugestão do Sr. Jonas. Aprovado. Seguiram-se os informes. **Sra. Edna (ANEPS)** entendeu que seria adiantado para passar para o processo eleitoral. Por isso seriam retirados os informes. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que era uma opção por ser Plenária, mas o conselheiro Jonas fez uma proposta de fazer os informes sem mudar o horário, já que os informes já estão em pauta e seriam retirados. Informou que a inscrição para os informes estava aberta. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** disse que tem dois informes uma vez que não estava presente na reunião de dezembro. Ele esteve em novembro no Ministério Público do Paraná, numa reunião com a SESA, Ministério Público, COSEMS e que este ano de dois mil e quinze, o Ministério Público estará realizando em todo o Paraná auditorias e verificações a respeito dos PMAQ (Programa de Melhoria e Qualidade do SUS) se estão sendo realizados em todos os municípios e é um pedido do Conselho Nacional, explicou um pouco do que se trata o PMAQ, pois quem assina recebe recursos e medicamentos dos programas e é assinado semestralmente. **(F2) Sr. Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** complementou que o DENASUS estava presente na reunião e informou que é uma decisão do Conselho Nacional dos Ministérios Públicos optam pela adesão nos programas e o Ministério Público do Paraná optou em aderir. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou que a ata foi entregue a cada pessoa que participou da reunião e por estar previsto nos informes para amanhã, ela está na mala e entregará para a Secretaria do Conselho digitalizar e encaminhar para todos os conselheiros. **Sra. Edna (ANEPS)** questionou sobre o PMAQ, se ele é um incentivo a equipe? **Sr. Nilson (SINDIFAR)** respondeu que isso ele não vai falar, pois seu intuito é apenas dizer que o Ministério Público fará a fiscalização. Esta parte do PMAQ ele também não sabe bem como explicar. **Sra. Edna (ANEPS)** colocou que a questão do seu município é que recebe o incentivo e se um participante está de atestado se ele recebe este incentivo, era essa sua dúvida. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** respondeu que não sabe informar exatamente como funciona o programa e isso não foi falado durante a reunião. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** explicou que o incentivo é voltado para as equipes voltadas à Saúde da Família. É por equipe. Qual o grande dilema? Tem muitos processos judiciais devido a este problema. Pois muitos acreditam que este repasse deve ser feito integralmente para os membros das equipes, mas existem avaliações onde as pessoas recebem nota média, mediana e muito boa e de acordo com esta nota vem o repasse. Cada município pode utilizar este beneficio conforme ele quer, ele não tem a obrigação de repassar para o bolso dos funcionários que são quem executa a política. Em Maringá foi feita uma lei de que será repassado vinte e cinco por cento deste valor. Ela acha ótimo que o Ministério Público irá fazer a auditoria, pois tem uma cidadezinha vizinha de Maringá que repassa cem por cento. Então cada cidade faz o repasse como bem entende, há municípios que não repassam nada e tem municípios que repassam integralmente, mas ele tem que prestar contas e é aí que cabe ao conselho municipal atuar e pedir que tem que dar conta de onde

está sendo gasto este repasse. Mas não tem nenhuma determinação do Ministério Público de como deve ser repassado este incentivo e é direcionado ao município. **Sr. Sezifredo (SESA)** explicou que o Sr. Moacir é integrante do DENASUS e é dever deste Órgão fazer auditoria e avaliação e sabe-se do trabalho importante que eles estão fazendo, mas ficou em dúvida se não haveria um conflito de competência entre o DENASUS e o Ministério Público, e isso que ele queria perguntar, quando começa o Ministério Público e quando é o DENASUS que deve cuidar deste quesito. Pois é bom saber os limites de competência para o controle social. **Sr. Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** complementou que realmente é competência de auditoria e fiscalização é do Sistema Nacional de Auditoria e não só do DENASUS. Há componentes estaduais e municipais. Porém, estão acostumados que o Ministério Público sempre demanda. E de acordo com este volume o DENASUS aceita ou não. Sugeriu que os informes não devem virar debates, então no momento pede que atenham-se aos informes e maiores detalhes sobre o Programa, podem convidar o Ministério Público para explanar sobre o tema. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** disse que se tratava de um informe do Ministério Público e por isso envolveu nos informes. O segundo informe é sobre a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, ele esteve presente como relator de um dos grupos de trabalho. Ele foi representando o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, pago pelo Conselho Nacional de Saúde. Tem alguns questionamentos ao Conselho Nacional, pois foi no domingo e começou os trabalhos na segunda à tarde. Pois programam as reuniões e não acontecem, disse que ele ficou dois dias à toa. O relatório já está disponível na Secretaria Executiva. **Sr. Sezifredo (SESA)** seu informe é sobre um curso de especialização em gestão do trabalho da educação e saúde que vai abrir na segunda-feira dia dois no escritório da segunda regional de saúde, promovido pela Escola de Saúde Pública do Paraná. Em conjunto e parceria com a Escola Nacional de Saúde a FIOCRUZ e os conselhos dos secretários municipais do Paraná. Com objetivo de dar suporte e ferramentas para gerir e administrar as entidades de saúde frente às suas especificidades e as complexidades institucionais. Este curso foi ofertado anteriormente e se formaram em dois mil e onze. Convidou os conselheiros a participar da abertura e principalmente aqueles que tem relação direta com a gestão de educação em saúde para participarem como alunos. **Sr. Antônio Barrichello (MOPS)** nos dias dez e onze deste mês, no Hospital Zona Sul, ocorreu uma denúncia grave onde uma cirurgia que facilmente seria feita pelo SUS foi encaminhado como particular e este caso foi encaminhado ao Presidente deste Conselho o Sr. Neto, há uma indignação muito grande onde um hospital cem por cento do SUS há casos como este. Lembra a todos que é dever dos conselheiros brigar para acabar com as filas no SUS. E informou que falou com o Dr. Charles e ele apontou que há uma comissão fazendo os levantamentos e pediu que esta comissão explicasse ao Conselho este caso, pois envolveu valores. É muito sério este caso. E pede para acompanharem e observarem se não há mais casos em outros hospitais nos municípios do Paraná. **Sr. Sezifredo (SESA)** disse que foi oportuno este informe e apesar de terem tido conhecimento pela mídia deste caso, inclusive citando diretamente o diretor do hospital, então a SESA abriu uma comissão de sindicância. Essa já está atuando e naquela mesma manhã o diretor pediu exoneração. Assim que tenham conclusões da investigação não só será informado ao Conselho Estadual e ao de Londrina, mas a todos os interessados, mas também evidentemente adotar as medidas cabíveis ao caso se comprovado o ilícito. Afirma que é necessário divulgar mais os direitos a todos os usuários do Sistema, pois há leis, regras a serem cumpridas e adotadas e esse episódio revela a necessidade de coibir esse tipo de procedimento. Seja onde for, público ou privado prestador de serviço ao SUS. **Sr. Amauri Lopes (ANEPS)** dia três e quatro de fevereiro, o movimento de luta contra a AIDS esteve em Brasília, na Câmara fazendo pressão no sentido de reativar buscando assinatura dos deputados na Frente Parlamentar Mista de AIDS. E tinha um número mínimo de assinaturas chegando a duzentas e setenta, agradeceu aos paranaenses que os auxiliaram. E dia quatro e cinco de março farão a instalação da Frente Parlamentar Mista de Aids. Precisamos replicar isso no Paraná. Assim dará inicio a este debate. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** relatou que na Comissão Organizadora da Conferência de Saúde do Trabalhador tinha o compromisso de trazer até o final para todos. Informou que conseguiram aprovar todas as diretrizes que levaram e cumpriram a missão que tinham. Questionou se foram enviados todos os delegados para lá, uma vez que sentiram falta de três pessoas. Lembrou que no regimento citavam que as entidades iriam assumir estas despesas então não entende porque da falta e se justificaram, pois precisam dar os devidos encaminhamentos conforme regimento. **Sr. Jonas (CUT)** a questão que a Solange coloca é muito séria. Pois houve disputa muito grande para estar nesta conferência nacional, que era de suma importância para os trabalhadores e trabalhadoras e as

pessoas se colocam e tomam o lugar de quem poderia ter ido, e então há este prejuízo. Contudo que saíram vitoriosos com cem por cento das propostas aprovadas, poderiam ter colocado em risco este resultado. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** afirmou que é muito importante discutir isso agora, pois este ano tem a Conferência Nacional são vários delegados que saem do Estado do Paraná, a briga para ser delegado na Nacional é muito grande e sabe-se que a Comissão Organizadora não acaba com a Conferência Estadual, se prossegue. Espera-se que a Comissão Organizadora após a Estadual mantenha os trabalhos para a Nacional. E os delegados devem se comprometer e não tirar o lugar daqueles que realmente querem participar e contribuir. Lembrou que existem suplentes para estes casos e sugeriu que os faltosos sejam levantados e tomadas as medidas cabíveis. **Sr. Clodoaldo (COSEMS)** informou sobre a Conferência Estadual e Nacional, o COSEMS está fazendo um passo a passo de orientação para os municípios sobre as etapas da Conferência Estadual, para que eles fiquem integrados e mostrem aos seus secretários a importância destas etapas serem bem cumpridas. **Sr. Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** complementou e pediu que todas as ações sejam passadas para a Secretaria do Conselho para repassar a todos os conselheiros visando o acompanhamento destas ações que considera de suma importância. **Sr. Clodoaldo (COSEMS)** informou que assim que estiver tudo pronto será enviado para a Secretaria. **Sr. Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** complementou que pode ser enviado quando estiverem enviando aos municípios. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questionou se havia mais algum conselheiro para fazer os informes. **Sr. Antônio Barrichello (MOPS)** disse que como os faltantes à Comissão Organizadora são conselheiros inscritos poderiam ser citados no Pleno para conhecimento de todos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclareceu que na Mesa foi conversado, mas a Comissão vai levantar e ver o que aconteceu para então tomar a posição e as devidas providências. A Comissão achou importante explanar o ocorrido para todos terem ciência, uma vez que depois de tudo o que houve não pararam de trabalhar na Conferência Estadual. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** informou que a explanação foi mais para colocar como foi a reunião para a Conferência Nacional. Essa questão das faltas deverá ser avaliada e verificar justificativas. Essa questão não pode ficar somente dentro da Comissão e se comprometeram e quem sabe até a próxima reunião para então ser pensado no todo. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** disse que não é justo com os faltantes expô-los, pois pode ter acontecido algo de grave e assim sendo não cabe punir ninguém que teve imprevistos graves. E se comprometeu em nome da Comissão de trazer as informações completas para o Conselho. **(F3) Sr. Jonas (CUT)** disse que o Estado do Paraná precisa repensar nas nossas Conferências, principalmente na Nacional, pois não há identificação da delegação paranaense. A de São Paulo estava em massa. E a do Paraná, tinha dificuldade em encontrar as pessoas, dificuldade de ver a perda dentro da delegação e se você tem a delegação uniformizada fica mais fácil para a contagem das pessoas. Pediu para começarem a pensar desde já. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclareceu que isso já foi pedido para a Comissão pensar a respeito e que acredita que a Comissão já está dando andamento ao pedido. **D. Rosalina (ASSEMPA)** disse que o núcleo de comunicação da SESA apresentou hoje na Comissão de Educação Permanente a logo, a forma da logo da Conferência Estadual para levar amanhã na Plenária e as camisetas já discutidas na Comissão de Educação Permanente. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** encerrou a primeira parte da reunião ordinária e agradeceu a todos.

O áudio dessa reunião está disponível para consulta na Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nessa reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).